



A MORFOLOGIA NAS PESQUISAS SOBRE LÍNGUAS INDÍGENAS NO BRASIL

MORPHOLOGY IN RESEARCH ON INDIGENOUS LANGUAGES IN BRAZIL

Aldir Santos de Paula¹
Universidade Federal de Alagoas

Resumo: Pesquisas que se concentram total ou parcialmente na Morfologia tem crescido nas últimas décadas no Brasil. Ainda que a descrição da língua portuguesa seja o objetivo de grande parte dos trabalhos, a pesquisa em Morfologia tem sido ampliada para outras áreas, consideradas “menos centrais”, entre as quais a de descrição das línguas indígenas. Tal quadro pode estar associado à ampliação dos programas de pós-graduação em geral ou ainda de linhas ou de grupos de pesquisa que têm essas línguas como objeto de análise. Este artigo busca apresentar as principais contribuições que os estudos das línguas indígenas no Brasil têm apresentado na área da Morfologia, destacando as temáticas e abordagens morfológicas empregadas nos dissertações e teses de três universidades brasileiras.

Palavras-chave: Línguas indígenas; Pesquisas em línguas indígenas no Brasil; Morfologia.

¹ Endereço eletrônico: tapu@uol.com.br.

Abstract: Research that focuses totally or partially on morphology has grown in recent decades in Brazil. Although the description of the Portuguese language is the objective of most of the works, the research in Morphology has been extended to other areas, considered "less central", among which the description of the indigenous languages. Such a framework may be associated with the expansion of postgraduate programs in general or of lines or research groups that have these languages as the object of analysis. This article aims to present the main contributions that studies of indigenous languages in Brazil have presented in the area of Morphology, highlighting the thematic and morphological approaches employed in the dissertations and theses of three Brazilian universities.

Keywords: Indigenous languages; Research in indigenous languages in Brazil; Morphology.

INTRODUÇÃO²

Em dezembro de 1999, a revista DELTA, publicada pela PUC-SP, com o então apoio oficial da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), publicou um número especial que buscava delinear um panorama das várias áreas de atuação da linguística no Brasil³. Muitas áreas foram discutidas e foram apresentados os avanços e os possíveis "estados da arte" das áreas naquele momento do ponto de vista dos autores. De todos os artigos, interessa-nos destacar os escritos pelas professoras Lucy Seki (*in memoriam*) e Margarida Basílio, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), respectivamente, por tratarem de áreas que se entrecruzam neste artigo.

Considerando alguns aspectos apontados nos dois artigos, que completam quase vinte anos de publicação, nosso objetivo é apresentar os temas mais frequentes nos estudos relacionados à Morfologia das línguas indígenas. Para isso, relacionamos as dissertações e teses em um período de dez anos, começando em 2008 nas páginas dos programas de pós-graduação de três universidades: UNICAMP, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade de Brasília (UnB). A opção por estas universidades foi por, além de estarem listadas como universidades com linhas de pesquisa voltadas às línguas indígenas em seus programas de pós-graduação (SEKI, 1999, p. 274ss), localizam-se em distintas regiões do país. De todas as dissertações e teses relacionadas, selecionamos apenas aquelas que direta ou indiretamente focassem na morfologia das línguas indígenas.

Este artigo se organiza da seguinte forma: a seção 1 apresenta um panorama do que Seki (*op.cit*) convencionou chamar de "Linguística indígena",

² Agradeço a dois pareceristas anônimos pelas contribuições na melhoria deste texto. Os problemas remanescentes são de minha responsabilidade.

³ Revista DELTA vol. 15, N.º ESPECIAL. São Paulo, 1999.

destacando os números mais gerais da produção nos últimos anos; a seção 2 destaca alguns dados sobre a população indígena e suas línguas no Brasil, e a seção 3 apresenta alguns aspectos tratados nos trabalhos que focam a morfologia das línguas indígenas.

1. “LINGUÍSTICA INDÍGENA” NO BRASIL

Seki (1999) apresenta um panorama da área da linguística que trata das línguas indígenas faladas no Brasil, que nomeia de “linguística indígena” dentro do quadro mais geral da linguística, destacando os aspectos relacionados ao seu desenvolvimento específico e qual o percurso para que os estudos das línguas indígenas assumissem a configuração que possui, bem como as perspectivas para o desenvolvimento da área.

Basílio (1999) apresenta uma breve introdução ao desenvolvimento dos estudos linguísticos e morfológicos no Brasil no período caracterizado pela criação da ABRALIN e discute as tendências relevantes, de seu ponto de vista, e, como ilustração das preocupações sobre a área no país, apresenta os principais tópicos das pesquisas realizadas pelo grupo de trabalho de morfologia no Projeto Gramática do Português Falado (PGPF), “dada a relevância deste Projeto tanto em seu objeto de estudo, a descrição do português falado, quanto em sua constituição como espaço singularmente produtivo de discussão teórico-metodológica” para os linguistas brasileiros. (Basílio, 1999, p. 55). O PGPF foca na descrição do português brasileiro falado culto.

Para Basílio (op. cit, p. 55), naquele momento, a Morfologia concentrava-se, sobretudo, em problemas de representação lexical, de uma perspectiva gerativa. Além deste aspecto, propunha que abordagens sociolinguísticas, funcionalistas e discursivas de fenômenos morfológicos eram minoritárias, assim como abordagens morfológicas de temas flexionais e que a maioria dos textos se concentrava na descrição do português.

Ainda assim, a autora registrava

o surgimento de pesquisas em áreas menos centrais, tais como Aquisição da Linguagem, Psicolinguística Experimental, Afasia, Fonologia Lexical, Descrição de Línguas Indígenas e Processamento de Linguagem Natural, o que reforça e amplia a configuração do quadro da pesquisa em Morfologia no Brasil na última década. (BASÍLIO, 1999, p. 55).

Apesar da evidente necessidade de pesquisadores engajados com estas línguas, os próprios índios, quando possível, o número de pesquisadores é sempre menor do que a real necessidade.

Ao apresentar um levantamento que abrangia um período de trinta anos (1963 - 1983) sobre a situação das pesquisas em línguas indígenas, Rodrigues

(1985) apontava um número perto de cem línguas estudadas por pesquisadores brasileiros e estrangeiros não missionários.

Em 1991, Moore e Storto apresentam números próximos aos indicados anteriormente por Rodrigues e destacam que ainda existe um percentual relativamente alto de línguas indígenas com estudos introdutórios ou sem nenhuma pesquisa.

Dez anos depois, Franchetto (2001) apresenta uma nova estimativa, em que informa que dezenove por cento das línguas indígenas possuíam uma “boa descrição”, sessenta e quatro por cento possuíam descrições fragmentárias e e outros treze por cento dessas línguas não possuíam descrição.

Certamente, tal quadro pode estar associado, como bem destaca Seki (1990, p. 269), ao “predomínio de pesquisas isoladas e a natureza ainda predominantemente fragmentária dos resultados obtidos.” Além disso,

os lingüistas profissionais que se ocupam do estudo de nossas línguas encontram-se dispersos, integrados às instituições em que atuam e tendem a se vincularem àquelas em que se formaram, resultando disso uma variedade de concepções de pesquisa, objetivos e abordagens teóricas adotados. (SEKI, 1990, p. 269).

Para Seki, a Linguística Indígena ainda não conseguiu

integrar-se de modo satisfatório, seja em termos de seu objeto de estudos, seja em termos do corpo de especialistas, seja em termos institucionais. De modo geral, a Linguística Brasileira ainda não incorporou a compreensão quanto ao papel relevante que tem o conhecimento das línguas não indoeuropéias na formação de nossos lingüistas e na constituição da ciência. (SEKI, 1999, p. 267)

Antes de tratarmos dos temas e questões levantadas nas dissertações e teses, traçaremos um panorama sobre as línguas indígenas, apresentando alguns dados sobre a população indígena e suas línguas no Brasil.

2. A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NO BRASIL

A diversidade etnolinguística existente no Brasil ainda é bastante substancial, apesar dos mais de quinhentos anos de contato com culturas alóctones. Em termos populacionais, o país abriga em seu território cerca de novecentos mil índios (IBGE, 2015), representando perto de meio por cento da população total do país. Desta população, 572.083 vivem em áreas rurais, nas chamadas Terras Indígenas, que atualmente ultrapassam o número de setecentas e se configuram como terras de uso coletivo e usufruto exclusivo, conforme

demarcação feita pelo Governo Federal. O restante da população habita nas cidades.

Tal população está distribuída entre os mais de duzentos povos indígenas, presentes em quase todos os estados brasileiros, que falam mais de cento e sessenta línguas (RODRIGUES, 1997), expostas ao inevitável e crescente contato com a sociedade nacional.

Estas línguas indígenas estão distribuídas em dois troncos linguísticos: o Tupí e o Macro-Jê e mais de treze famílias linguísticas, entre as quais destacamos a família Aruák, a família Karib, a família Pano e a família Tukano. Além destes agrupamentos linguísticos, existem cerca de mais dez línguas classificadas como isoladas, por representarem tipos linguísticos únicos, dentre as quais destacamos as línguas Tikuna, Jabuti e Máku.

Ao tronco Macro-Jê, com línguas faladas exclusivamente no território brasileiro, estão associadas doze famílias, quatro destas constituídas de uma língua, cada uma. O tronco Tupí, que possui um considerável número de línguas distribuídas em grande parte do território brasileiro e também em outros países sul-americanos (Argentina, Bolívia e Guyana Francesa), inclui mais de cinquenta línguas em dez famílias genéticas, sendo três destas formadas por uma só língua.

Em relação às famílias linguísticas ainda não agrupadas em tronco, todas possuem línguas no território brasileiro e também em países vizinhos. A família Aruák possui dezessete línguas faladas no Brasil. A família Karib possui cerca de quarenta línguas, metade delas faladas no Brasil. A família Pano inclui treze línguas faladas nos estados do Acre, Amazonas e Rondônia; e a família Tukano, representada por onze línguas e alguns dialetos falados em território brasileiro.

O panorama apresentado, certamente, revela uma riqueza etnolinguística considerável, quando comparado aos demais das Américas. A distribuição atual dos povos e línguas indígenas, entretanto, é, em parte, consequência da evolução histórica das relações entre as populações originárias e as europeias. De forma que, considerando o decréscimo populacional dos povos indígenas desde o início da colonização, a atual diferença entre o número de povos e línguas é resultante da perda linguística vivenciada por um número significativo de povos, o que implica em dizer que, apesar da presença de populações indígenas na maioria dos estados brasileiros, as línguas indígenas se concentram nas regiões norte e centro-oeste do país, por conta da colonização tardia e dos processos de produção tardiamente incorporados.

Nos demais estados da federação, a presença de línguas indígenas fica restrita a alguns poucos povos, os demais falam exclusivamente a língua portuguesa. Atualmente, no nordeste brasileiro, por exemplo, dos vinte e sete povos indígenas, apenas sete falam suas línguas ancestrais, um em Pernambuco e os demais no Maranhão, em uma população de mais de duzentos mil índios (FUNAI, 2012), o que implica em dizer que cerca de cento e sessenta mil pessoas falam exclusivamente o português. Certamente, este número, no mínimo,

dobraria se fossem considerados os demais povos indígenas que perderam suas línguas originárias em todo o Brasil.

A este quadro de expropriação linguística processa-se em paralelo a expropriação fundiária e a exploração da força de trabalho desses povos, o que ocasiona uma permanente e conflituosa relação com a sociedade nacional, que nega os elementos de identidade cultural desses povos e os descaracteriza como povos originários.

O deslocamento linguístico já experimentado de forma mais aguda na região nordeste, por onde começaram as frentes de expansão colonial, também pode ser observado em alguns povos das regiões norte e centro-oeste. No Acre, por exemplo, os Náwa, os Nukini, os Puyanáwa e os Shawádáwa têm a língua indígena como um lugar simbólico importante, mas não usam suas línguas originárias, lugar que é ocupado pela língua portuguesa empregada no cotidiano das aldeias. De certa forma, tomando alguns parâmetros na delimitação de uma língua funcional, todas as línguas indígenas no Brasil encontram-se ameaçadas frentes à língua majoritária, fato também presente nos países vizinhos.

Além deste aspecto, existe uma baixa densidade populacional, tendo em vista que mais da metade das línguas tem menos de cem falantes e as com maior densidade não ultrapassam os trinta mil falantes, como é o caso dos Tikuna (30 mil), Kaingang (28 mil), Makuxi (23.500) e Tentehar (27.616) (RODRIGUES, 2013).

Outro dado que merece destaque no censo apresentado pelo IBGE (2015) é o crescimento da população indígena vivendo em área urbana, quando comparado com o censo anterior de 1991. A proporção de pessoas que se declararam como indígenas e moravam nas cidades ou nos “bairros” indígenas, no caso de algumas delas, representou um percentual de 21% (norte), 27% (centro-oeste), 51% (nordeste), 81% (sudeste) e 46% (sul).

Estes percentuais representam um significativo aumento de população indígena morando nas cidades, que mantém vínculos diretos ou não com suas aldeias de origem ou que com estas têm apenas referências culturais mais ou menos distantes. Os dados apresentados sinalizam para um deslocamento de populações indígenas em direção aos centros urbanos.

De certa forma, os “índios urbanos” têm tido pouca ou nenhuma atenção por parte das universidades, pois a maioria dos estudos sobre as línguas indígenas leva em consideração o local de moradia principal do povo ou em outros termos, as aldeias de origem, tendo em vista que o foco prioritário das pesquisas tem sido os índios residentes em áreas rurais, sejam elas terras indígenas reconhecidas oficialmente ou não.

O que aponta para um quadro de pesquisa ainda a ser explorado e que, de certa forma, não tem tido, salvo engano, atenção por parte dos pesquisadores, dada a urgência que o deslocamento linguístico das línguas indígenas em relação

ao português impõe aos pesquisadores que se dedicam à área das línguas indígenas.

3. A MORFOLOGIA NAS PESQUISAS SOBRE LÍNGUAS INDÍGENAS

No livro *Amazonian languages*, Dixon e Aikenvald (1999, p. 8-9) apontam algumas características compartilhadas por todas ou pela maioria das línguas indígenas da região amazônica. Para este artigo, apresentaremos apenas os aspectos relacionados direta ou indiretamente à morfologia:

a) A maioria das línguas é polissintética e com marcação de cabeças; aglutinante com baixa fusão⁴.

b) Muitas línguas possuem amplos sistemas de classificação e / ou de gênero. A atribuição de gênero é geralmente semanticamente transparente e não é abertamente marcada no substantivo principal.

c) Há poucos casos oblíquos - muitas vezes apenas um locativo e um instrumental / comitativo.

d) A posse (alienável ou inalienável) é tipicamente marcada no substantivo possuído, não no possuidor; a ordem das palavras mais difundida é "possuidor possuído".

e) A maioria (embora nem todas) das línguas tem prefixos; tipicamente menos prefixo do que sufixo.

f) Em caso de várias posições de prefixo, o(s) prefixo(s) pronominal(is) aparecerão, geralmente, mais longe da raiz que os prefixos que marcam derivações de mudança de valência (por exemplo, causativa, aplicacional).

g) A maioria das categorias verbais (por exemplo, tempo, aspecto, modalidade, direção) é expressa através de sufixos ou partículas opcionais.

h) Se houver incorporação de substantivo, normalmente apenas os substantivos que são obrigatoriamente possuídos podem ser incorporados, e eles geralmente precedem a raiz verbal.

i) Em muitas línguas, os advérbios e adposições podem ser incorporados ao verbo, tipicamente seguindo a raiz verbal.

Alguns destes aspectos não são pacíficos, como apontam os próprios autores, o que é fundamental registrar neste caso é que muitos estudos são necessários para que possam ser desenhados alguns "estados da arte", seja por agrupamento genético, seja por características mais gerais das línguas desta parte do mundo.

Desta forma, intencionando apresentar alguns estudos que foquem na morfologia destas línguas, apresentamos algumas das principais preocupações que podem ser relevantes para a área.

⁴ Tradução livre do autor.

Por ser tratar de línguas com descrição inicial ou até mesmo sem descrição, os pesquisadores necessitam delimitar algumas categorias, dentre estas se encontram a delimitação do que é uma palavra, sua extensão e as possíveis relações com os demais níveis de análise. Tal complexidade pode ser maior ou menor, mas ainda se configura como problemático, pois, embora não seja o foco deste texto, pode ter interações com a ortografia da língua, por exemplo, tendo em vista que muitos povos ou comunidades indígenas reivindicam um retorno das pesquisas para os usuários da língua.

Um destes, por exemplo, pode ser a colaboração na discussão sobre as convenções de escrita da língua, que em maior grau pressupõe estudos de ordem fonético-fonológica, mas que não prescindem da análise morfológica da língua, com as implicações derivadas, pois como pontua Aronoff (2011, p. 1), “a morfologia, provavelmente mais do que qualquer outro componente da linguagem, interage com o resto, mas ainda possui propriedades próprias”.

Considerando a delimitação do conceito e extensão da palavra, na língua Shawādáwa, da família pano, por exemplo, as palavras são delimitadas por um acento fixo na última sílaba e podem ser classificadas de acordo com sua constituição morfológica em simples e compostas, como pode ser visto nos exemplos em seguida:

1. [ʔtSiʔ] “fogo”
2. [ãdiʔhuʔ] “velho”
3. [taʔpuʔ] “raiz”
4. [ãbukaʔpa] “amargoso”

(SOUZA, 2012, p. 45).

As fronteiras que distinguem um item lexical de outro nem sempre são claras, sobretudo considerando a multiplicidade de funções que um elemento lexical pode desempenhar no discurso. Além disso, a definição e distinção das classes de palavras estão para além da constituição de um fim em si mesmo, na medida em que amplia o conhecimento de línguas pouco estudadas.

Na língua Xikrín do Cateté, da família Jê, tronco Macro-Jê, as classes de palavras apresentam propriedades gramaticais específicas que as distinguem umas das outras de acordo com três perspectivas: distribucional, constituição interna e a semântica. Desta forma, distinguem-se, na língua Xikrín, três subtipos de nomes: os relativos, os descritivos e os absolutos.

Os nomes relativos revelam-se por meio de marcas morfossintáticas, “através das quais são licenciados no discurso, numa relação de dependência com outro nominal, formando com este uma unidade sintática” (SILVA DA COSTA, 2015, p. 50). Fazem parte dos nomes relativos entidades relacionadas à parte do corpo humano, partes dos animais, a partes das plantas, a relações de

parentesco e a alguns termos referentes a utensílios e/ou adornos corporais, típicos da cultura material Xikrín.

05.

i n-ikra

1 R1-mão

“mão de mim” (minha mão)

06.

tute n-injet

Tute R1-avô

“avô de Tute”

07.

bʌʃe j-akʌkako

Bàtiê R1-botoque

“botoque de Bàtiê”

(SILVA DA COSTA, 2015, p. 50).

Os nomes descritivos são sempre seguidos de seus determinantes aos quais se ligam por meio de flexão relacional. Desempenham a função de modificadores e núcleo de predicados nominais. De uma perspectiva semântica, expressam noções que dizem respeito à qualidade, à sensação física, à estado mental e à dinamicidade.

Qualidade

08.

kri n-ipok

aldeia R1-redono

“o redondo da aldeia” (a aldeia é redonda)

09.

i dʒ-ukaŋa

1 R1-preguiça

“a preguiça de mim” “(eu estou com preguiça)”

Dinamicidade

10.

guba j-ari ket

1+2 R1-pulo NEG

“não existiu nosso pulo” “(nós não pulamos)”

(SILVA DA COSTA, 2015, p. 50).

Os nomes absolutos constituem uma subclasse de temas nominais independentes do ponto de vista morfossintático e se referem a entidades relacionadas à fauna, à flora, a elementos da natureza e nomes de pessoas.

11. kɔjkwa céu
12. mit “sol”
13. kaŋetirɛ “estrela
14. krãj “serra”

(SILVA DA COSTA, 2015, p. 58).

Cada língua pode possuir características morfológicas que lhe tornam únicas. Algumas características, entretanto, são compartilhadas em maior ou menor grau por línguas que formam o mesmo agrupamento linguístico. Em seguida, diferentemente dos dados apresentados anteriormente, a palavra será definida morfológicamente por apresentar sufixos casuais e sufixo marcador de tempo passado. Tal critério pode ser acrescido do critério sintático, tendo em vista que o nome é o único elemento que pode funcionar como núcleo de um SN. Para Pereira (2009, p. 98,), os nomes podem ser divididos em inalienavelmente possuídos, alienavelmente possuídos e não possuídos. A língua não apresenta marcador específico para a distinção entre posse inalienável e posse alienável.

Nomes Inalienavelmente possuídos

15. ga r-uva
1sg Rel -pai
“pai dele”

16. dje ø-pa
1sg Rel-mão
“minha mão”

Quando os nomes inalienáveis carregam o traço [- humano] podem ocorrer com o possuidor genérico {**mama**”e}, substituindo o possuidor específico, que possui o traço [+ humano]. Tal morfema indica que o nome subsequente nunca constitui sozinho um SN, precisando, portanto, de um possuidor. (PEREIRA, 2009, p. 101).

17. mama”e r-ava
G Rel -carne
“carne “

18. tukunare r-ava
tucunaré Rel- carne
“carne de tucunaré”

Já os nomes inalienavelmente possuídos podem ocorrer acompanhados ou não de um possuidor. Quando a construção possessiva com nomes alienavelmente possuídos apresenta um possuidor, é semelhante à construção possessiva com nome inalienavelmente possuído. O exemplo em seguida apresenta um nome alienável sendo possuído

19. dje ø-papira
1sg Rel-panela
“minha panela”

enquanto os exemplos em seguida apresentam nomes alienáveis sem possuidor.

20. warewara
“machado”

21. yvyripara
“arco”

Desta forma, na língua Asurini, os nomes alienavelmente possuídos com possuidor expresso recebem relacional que indicam estarem sendo possuídos e, sintaticamente, apresentam-se como núcleos dependentes, da mesma forma que os inalienáveis.

Quando os nomes alienáveis ocorrem sem possuidor, não há um relacional já que não existe um possuidor. Sintaticamente, passam a constituir SNs independentes.

22. yvyripara u-pen
arco 3-quebrar
“o arco quebrou-se/ o arco foi quebrado”

23. ma'epapira u-pen
panela 3-quebrar
“a panela quebrou/ a panela foi quebrada”

Nos exemplos 22 e 23 acima, os nomes ficam morfológica e sintaticamente semelhantes aos não-possuíveis, pois não existe um morfema que indique posse alienável, o que dá a eles esse caráter é o traço semântico que possibilita atuarem com um possuidor ou não. Embora, os nomes não-possuíveis possam constituir SN sozinhos, são poucos os nomes que não podem ser possuídos. Neste conjunto encontram-se os nomes para corpos celestiais, fenômenos da natureza e alguns animais como insetos e cobras.

-
- | | | |
|-----|--------|----------------------|
| 24. | kwara | “sol” |
| 25. | dja’i | “lua” |
| 26. | maja | “cobra” |
| 27. | meru’i | “(tipo de) mosquito” |

(PEREIRA, 2009, p. 102).

As classes de palavras são elementos fulcrais na descrição de uma língua porque expressam propriedades de seus elementos e possibilitam descrever os mecanismos gramaticais mais gerais como questões relacionadas ao substantivo e ao verbo. Cada língua, entretanto, pode apresentar alguma dificuldade específica na delimitação de alguma classe, pois algum critério ou propriedade pode não ter uma aplicação plenamente satisfatória. Neste caso, é conveniente utilizar um conjunto de propriedades morfológicas, sintáticas e semânticas.

A língua Asurini é uma língua de marcação no núcleo. O nome possuído é marcado por prefixo. O uso do prefixo indica que o respectivo nome é dependente de outro, isto é, que há uma relação de dependência entre um nome núcleo e um termo dependente, essa relação é marcada no nome núcleo pelo prefixo {r-} ou por um de seus alomorfes.

Esse prefixo, nas línguas Tupí-Guarani, já foi amplamente debatido. Duas perspectivas são adotadas para a sua análise. Uma delas é adotada por linguistas como Rodrigues (1985) e Seki (2000), que consideram que o formativo r- e seus alomorfes constituem prefixos relacionais. A outra perspectiva é adotada por Payne (1994), que acredita que o prefixo r- é um marcador de voz inversa. Essas duas visões são discutidas por Martins (2003) que chega à conclusão de que a expressão “prefixo relacional” é mais apropriada para o formativo r- nesse agrupamento linguístico.

Alguns pontos controversos, certamente, vão perdurar mesmo naquelas línguas que possuem descrições mais antigas e extensas e até mesmo nas línguas não indígenas. Por isso, a necessidade de estudos descritivos porque propiciam o “conhecimento sistemático dos fatos de uma língua”, além de fornecer “ao lingüista teórico uma base de dados confiável para construir e testar eventuais teorias” (PERINI, 2006).

A diversidade linguística das línguas indígenas possibilita o estudo de questões relacionadas à morfologia ou morfossintaxe das línguas (CARDOSO, 2008; SOUZA, 2008; GOMES, 2010; SILVA, 2010), algumas com descrições iniciais, bem como a busca por explicações relacionadas ao Tempo, Aspecto e Modo (GONCALVES, 2011), formação de palavras (BARBOSA, 2012; GAKRAN, 2015), marcação de posse em nominais (PEREIRA, 2016), classificadores (BELO, 2013) etc.

Para além destes temas e das eventuais repercussões para o estudo científico da linguagem humana e dos impactos positivos ou não que estes trabalhos produzem nas comunidades falantes dessas línguas ou na comunidade

científica, um dado chama a atenção, o que diz respeito à baixa densidade numérica desses trabalhos como um todo, incluindo todas as áreas, e em especial os relacionados à morfologia das línguas indígenas.

CONCLUSÃO

A “linguística indígena”, embora com produção ainda tímida, frente à diversidade etnolinguística do país, vem produzindo trabalhos que discutem e põem em foco as línguas indígenas no Brasil, especialmente os relacionados à morfologia. É indubitável a necessidade de boas descrições linguísticas que sistematizem os dados linguísticos e os tornem acessíveis aos pesquisadores e aos povos indígenas, como uma contribuição para a ampliação do quadro teórico e das discussões sobre questões na morfologia brasileira contemporânea e/ou da linguística como área de pesquisa.

Os pontos apresentados, embora tenham coberto um período de dez anos, ilustram ainda de maneira parcial os temas ou questões trabalhadas no conjunto das universidades brasileiras, que tem contribuído de forma substancial para a ampliação do número de línguas estudadas e no esforço, apesar das dificuldades, de que a produção acadêmica na pesquisa morfológica seja ampliada nos eixos quantitativos e qualitativos.

Gradativamente, como um dado positivo para a descrição das línguas, existe a contribuição de pesquisadores indígenas (AWETÍ, 2015; NAMBLÁ, 2015; KAMAIURÁ SABINO, 2016 e outros) com a entrada nos cursos de graduação e pós-graduação, o que dá relevo ao papel importante que o envolvimento de falantes na investigação de suas línguas e a consequente formação para a pesquisa sobre/em línguas indígenas.

REFERÊNCIAS

- ARONOFF, Mark & FUDEMAN, Kisten. *What is Morphology?* Oxford: John Wiley & Sons, 2011.
- AWETÍ, Makaulaka Mehinako. *Uma descrição preliminar das classes de palavras da Língua Mehináku*, com foco especial na classe dos nomes Makaulaka. 2014. 117f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília.
- BARBOSA, Raphael Augusto Oliveira. *Aspectos tipológicos na formação de palavras em um grupo de línguas da família Pano*. 2012. 126f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- BASILIO, Margarida Maria de Paula. A morfologia no Brasil: indicadores e questões. *D.E.L.T.A.* São Paulo, Vol. 15, N.º ESPECIAL, p. 53 - 70, 1999.

-
- BELO, Edney Alexandre de Oliveira. *Os classificadores em línguas amazônicas e na família Nambikwara*. 2013. 142f. Dissertação (Mestrado em Linguística). CAC, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- CARDOSO, Valeria Faria. *Aspectos morfossintáticos da língua Kaiowa (Guarani)*. 2008. 279f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- DIXON, Robert Malcolm Ward & AIKHENVALD, Alexandra Y. (ed.). *Amazonian languages*. New York: CUP, 1999.
- FRANCHETTO, Bruna. Línguas Indígenas no Brasil: Pesquisa e Formação de Pesquisadores". IN: GRUPIONI, Luis Donizete Benzi.; VIDAL, Lux Boelitz e Roseli FISCHMANN (orgs.). *Povos indígenas e tolerância – construindo práticas de respeito e solidariedade*. São Paulo: Edusp, 2001.
- IBGE. <http://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas>, 2015. Acesso em 25/10/2015.
- NAMBLÁ, Gakran. *Elementos fundamentais da Gramática Laklãnõ*. 2015. 284f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília.
- GOMES, Graziela de Jesus. *Aspectos morfossintáticos da língua Huariapano-Pano*. 2010. 151f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- GONÇALVES, Solange Aparecida. *Tempo, Aspecto e Modo em contextos discursivos no Kaingang Sul (Jê)*. 2011. 314f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- KAMAIURÁ SABINO, Wary. *Awetýza ti?intú: construindo uma gramática da língua Awetý, com contribuições para o conhecimento do seu desenvolvimento histórico*. 2016. 231f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília.
- MARTINS, Marci Fileti. *Descrição e análise de aspectos da gramática do Guaraní Mbya*. 2003. 209f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- MEIRA, S. A família lingüística Caribe (Karíb). *Revista de Estudos e Pesquisas*. Brasília, v.3, n.1/2, p. 157-174, jul./dez. 2006.
- MOORE, Denny & Luciana STORTO, *Lingüística Indígena no Brasil*. 1991. Ms.
- PAYNE, Doris. The Tupí-Guaraní inverse. In FOX, B.; HOPPER, P.J. (eds.). *Voice: form e function, Typological studies*. *Language*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, nº 27, 1994.
- PERINI, Mário Alberto. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1996.
- PEREIRA, Antonia Alves. *Estudo morfossintático do Asurini do Xingu*. 2009. 341f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- PEREIRA, Paulo Henrique da Silva. *Aspectos morfossintáticos da marcação de posse nominal em línguas Ameríndias*. 2016. 196f. Dissertação (Mestrado em Linguística).

Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. The Present State of the Study of Brazilian Indian Languages. In: H. M. KLEIN & L. STARK (eds.). *South American Indian Languages: Retrospect and Prospect*. Austin: University of Texas Press, 1985.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. *Línguas indígenas brasileiras*. Brasília, DF: Laboratório de Línguas Indígenas da UnB, 2013. Disponível em: <<http://www.laliunb.com.br>>. Acesso em: 20/02/2018.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. *Ciência e Cultur*. Campinas, SP, n. 57, p. 35 - 38, 2005.

SEKI, Lucy. A lingüística indígena no Brasil. *D.E.L.T.A.* São Paulo, Vol. 15, N.º ESPECIAL, p. 257 - 290, 1999.

SEKI, Lucy. *Gramática do Kamaiurá: Língua tupí-guaraní do alto Xingu*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

SEKI, Lucy. Kamaiurá (Tupí-Guaraní) as an Active-Stative language. In PAYNE, Doris (ed.). *Amazonian linguistics: Studies in lowland South American languages*. Austin: University of Texas Press. 1990.p. 367-391.

SILVA, Raynice Geraldine Pereira. *Estudo Morfossintático da Língua Sateré-Mawé*. 2010. 329 f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

SILVA DA COSTA, Lucivaldo. *Uma descrição gramatical da língua Xikrín do Cateté (família Jê, tronco Macro-Jê)*. 2015. 358f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília.

SOUZA, Emerson Carvalho de. *Aspectos de uma gramática Shawã (Pano)*. 2012. 177f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

SOUZA, Ilda de. *Koenukønoe emo"u – a língua dos índios Kinikinau*. 2008. 198f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

Nota do editor:

Artigo submetido para avaliação em: 31 de julho de 2018.

Aprovado em sistema duplo cego em: 13 de novembro de 2018.